



AS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS E A CONCESSÃO DO TRATAMENTO PRIVILEGIADO E FAVORECIDO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS NOS CERTAMES LICITATÓRIOS DO MUNICÍPIO DE SALINAS/MG

Autor(es): Marconi dos Santos Miranda, Lucineia Lopes Bahia Ribeiro

Objetivo: Esta pesquisa objetivou analisar as contratações públicas e a concessão do tratamento privilegiado e favorecido às micro e pequenas empresas nos certames licitatórios do Município de Salinas/MG nos anos de 2011 a 2013. **Metodologia:** Realizou-se pesquisa descritiva, bibliográfica, documental e de campo. Analisaram-se todos os processos licitatórios realizados pelo Município de Salinas/MG no período, aplicaram-se questionários ao chefe do Setor de Licitações e aos secretários municipais de Planejamento, Gestão e Fazenda e de Desenvolvimento Econômico e Turismo. Ademais, aplicaram-se questionários aos gestores das micro e pequenas empresas beneficiadas nas licitações realizadas por esse município no período pesquisado. **Resultados:** Constatou-se que a aplicação do tratamento diferenciado nas licitações foi de 6% em todo o período, sendo este um percentual pouco expressivo, considerando-se que as licitações com participação de ME e EPP representaram 64% da totalidade de certames realizados. Percebeu-se que dos privilégios previstos às ME e EPP nas licitações, apenas a postergação da comprovação da regularidade fiscal foi concedida a essas empresas no período pesquisado. Na análise documental, especificamente nos mapas de lance e nas atas dos processos de licitação, não foi possível identificar os impactos econômico-financeiros gerados ao Município de Salinas/MG. Não obstante, no que tange aos impactos econômico-financeiros referentes às ME e EPP, 94% das empresas pesquisadas consideraram que esses impactos foram positivos. O privilégio no tratamento às ME e EPP nos certames licitatórios ampliou as oportunidades dessas empresas no que diz respeito ao acesso ao sistema de compras públicas. **Conclusão:** Constatou-se que as ME e EPP beneficiadas com o tratamento diferenciado tiveram reflexos positivos no respectivo faturamento, pois a pesquisa evidenciou que essas empresas tiveram o seu resultado econômico-financeiro impactado positivamente em virtude da participação em licitações. Quanto às contribuições geradas ao Município de Salinas/MG, constatou-se que a Administração local, apesar de ainda não haver regulamentado os benefícios que a Lei Complementar 123/06 prevê às ME e EPP, tem se beneficiado com fatores voltados à efetivação de políticas públicas tendentes a expandir o acesso dessas empresas no sistema de aquisições governamentais, e isso propicia inovação no procedimento licitatório e promoção desenvolvimento dos micro e pequenos empreendimentos.